

ESPIONAGEM ENTRE AMIGOS

Por Alain Rodier*



Homem trabalha na limpeza do hall de entrada da sede da Agência Central de Inteligência (CIA) em Langley, Virgínia (Jason Reed Jir/Reuters).

No mundo da inteligência não é segredo que não existem nações “amigas”, mas países que compartilham interesses comuns em determinados momentos.

Claramente, mesmo entre aliados é possível espionar uns aos outros, ainda que existam relações entre forças. Não se trata de um Estado confiar completamente em um “aliado” cuja política pode evoluir ao longo do tempo. Além disso, embora em geral assuntos como a luta contra o terrorismo ou o crime organizado possam criar aproximações, o caso é diferente quando se trata de interesses econômicos. Aí não existem mais “amigos”, mas sim concorrentes ferozes.

Os americanos gostam dos outros, mas na sua própria escala, isto é, imensa. É claro que a espionagem técnica ainda é necessária (a espionagem dos líderes europeus chegou às manchetes nos últimos anos), mas a inteligência “humana” também é usada, mesmo que seja de trato muito mais delicado e possa levar a verdadeiros escândalos.

Por outro lado, Washington não aprecia que isto aconteça nos Estados Unidos; os israelenses ainda se lembram disso com o caso Jonathan Pollard. Este oficial de inteligência da Marinha dos EUA foi preso em 1985 por espionagem para o Estado judeu. Apesar dos inúmeros pedidos, só foi libertado em 2015 e só pôde viajar a Israel (país do qual se tornou cidadão) em 2020.

Foi o que acabou de acontecer na Espanha, um país aliado dos Estados Unidos, que tem lá bases militares permanentes e que está muito envolvido na OTAN.

Madri acaba de expulsar discretamente três “diplomatas” americanos e teria solicitado que um quarto também deixasse a Espanha. Para mais detalhes, Washington chamou de volta os seus cidadãos antes da transmissão da ordem de expulsão. Faz menos “bagunça”.

Eles são acusados do recrutamento de dois agentes do Centro Nacional de Inteligência (CNI), que é parte do Ministério da Defesa. As expulsões foram realizadas após protesto oficial do Ministério da Defesa do qual depende a CNI.

Os oficiais de inteligência dos EUA ocupavam um cargo oficial na representação diplomática dos EUA na Espanha e foram credenciados como tal pelos serviços de inteligência espanhóis. Não foi dito quais eram suas funções exatas e a qual agência de inteligência eles se reportavam (são 17). Logicamente, dada a natureza dos “alvos”, existe a possibilidade de alguns pertencerem à “estação” da CIA tendo, como segunda opção, o gabinete do Adido de Defesa que também tem uma missão de inteligência (DIA, *Defense Intelligence Agency*).

Os “diplomatas” americanos tinham total liberdade para viajar em território espanhol e conhecer outros profissionais. No momento, Madri está de mau humor e recusa-se a credenciar substitutos para os diplomatas depostos.

Com efeito, estes agentes alegadamente aproveitaram sua liberdade para recrutar dois membros da CNI e, pelo menos em uma ocasião, para lhes pagar uma remuneração em troca de informações classificadas. Este é o auge do “sucesso” na inteligência humana: trocar informações secretas com um membro de serviços estrangeiros (mesmo “aliados”) por pagamento, se possível acompanhado de um recibo assinado, o que seria um “plus”. A fonte fica então “presa” porque, se com o passar do tempo começar a apresentar resistência, esta troca constitui um meio de pressão considerável. Os perfeccionistas chegam ao ponto de imortalizar este momento fotograficamente.

Para Madri, a questão que se coloca em termos de inteligência é: “pelo que os americanos têm que pagar se lhes damos tudo o que nos pedem?”. A resposta é simples: para um serviço de inteligência – americano ou não – recrutar um “colega”, mesmo de um país amigo, é um bom argumento. Não importa o que ele tem a dizer. Além disso, como a confiança nunca é a regra, isto permite verificar se os “fornecimentos” oficiais do “serviço amigável” são de fato completos (a paranoia dentro dos serviços é a regra).

Entre estes dois agentes espanhóis recrutados, havia um “gerente de área” com 30 anos de serviço. Além disso, foi considerado um valioso funcionário público devido à sua vasta experiência profissional.

Durante os anos da pandemia de covid-19, ele teria se beneficiado de uma licença durante a qual trabalhou para uma empresa americana. Após sua prisão no final de setembro, ele foi colocado em detenção e continua detido na prisão de Estremera, em Madri, reservada a membros das forças de segurança que cumprem pena ou se encontram em prisão preventiva.

O segundo espanhol recrutado foi um dos seus funcionários com quem manteve laços de amizade. Este último era proprietário de lucrativos negócios privados, e

isso teria lhe dado o gosto por um alto padrão de vida. Ele está atualmente em liberdade condicional.

Os americanos sabem usar todas as alavancas conhecidas da famosa sigla MICE (*Money, Ideology, Compromise, Ego*; em português, Moeda, Ideologia, Compromisso, Ego): são por definição “amigos” dos líderes do mundo ocidental, pagam corretamente pelos serviços prestados utilizando todos os intermediários necessários (universidades, centros de estudos, etc.) e sabem lisonjear o ego de todos. O compromisso é apenas um elemento de segurança porque não obriga as pessoas a trabalharem sob pressão, o que pode revelar-se contraproducente.

O assunto foi descoberto neste verão, após uma investigação interna da própria CNI, porque foram reveladas “condutas irregulares” que poderiam ser causa de delitos. A diretora dos serviços secretos, Esperanza Casteleiro, pediu aos tribunais a abertura de uma investigação e o caso está atualmente nos tribunais da Plaza de Castilla (Madri).

Em 2007, Roberto Flórez, um ex-oficial da CNI, foi acusado de passar informações confidenciais para a Rússia, o que lhe valeu o apelido de “toupeira do Kremlin”. Embora a transferência de informações não tenha sido formalmente comprovada no julgamento, ele foi condenado a 12 anos de prisão pelo “crime de traição”.

A ministra da Defesa espanhola, Margarita Robles, convocou Julissa Reynoso, embaixadora dos Estados Unidos em Madri, para pedir explicações... Por sua vez, o chefe da diplomacia espanhola, José Manuel Albares, fez o mesmo para informá-la da “insatisfação” de seu governo.

A resposta da embaixadora foi que ela “não sabia de nada” e que o caso tinha começado durante o período do governo Trump...

E ISSO NÃO É NOVO

Em 1986, oito agentes da CIA foram expulsos da Espanha por espionar o vice-presidente do governo, Alfonso Guerra. Para que conste, em fevereiro de 1995, cinco americanos acusados de espionagem para a CIA foram convidados a deixar a França.

Publicado no [Atlantico](#).

**Alain Rodier, ex-oficial dos serviços de inteligência franceses, é vice-diretor do Centro Francês de Pesquisa de Inteligência (CF2R). É particularmente responsável pela monitoração do terrorismo de origem islâmica e do crime organizado. Rodier é autor de diversos livros sobre geopolítica, terrorismo e crime organizado.*
